

A Consolidação da Democracia na América Latina:

Um estudo comparativo dos casos Brasil e Uruguai¹

Jéssica da Silva Duarte

Mestranda em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

jeh_duarte@hotmail.com

Priscila Primo Fenelon

Graduanda em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, Brasil.

priscilafenelon@gmail.com

ÁREA TEMÁTICA: Democracia y Calidad de La Democracia

RESUMO

A análise acerca do desenvolvimento e da qualidade da democracia constitui uma importante área de pesquisa da Ciência Política, amplamente desenvolvidos por autores como Guilherme O'Donnell (1982), Marcello Baquero (1998), José Álvaro Moisés (2008), e outros. Com efeito, a problemática que envolve o desenvolvimento e a consolidação da democracia desperta especial interesse e significativos resultados no que concerne à compreensão dos regimes políticos. Neste sentido, o que este trabalho se propõe a discutir, através do estudo dos casos latino-americanos Brasil e Uruguai, o que leva a uns países terem mais êxito do que outros na implementação deste tipo de regime político. O objetivo geral desta pesquisa é compreender o que na trajetória dos países justifica as discrepâncias existentes na qualidade da democracia. Os objetivos específicos do estudo são: revisar a trajetória histórica, política, econômica e social do Brasil e do Uruguai, analisar os indicadores de qualidade de democracia e cultura política dos dois países através de *surveys*, como o Latinobarômetro, e, por fim, comparar o processo de desenvolvimento da democracia nos dois países.

Palavras-chave: Democracia, Brasil, Uruguai.

¹ Trabajo presentado en el Quinto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, “¿Qué Ciencia política para qué democracia?”, Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 7-10 de octubre de 2014.

INTRODUÇÃO

O problema de pesquisa proposto é: dado que há diferenças na qualidade da democracia dos países da América Latina, o que na trajetória destes justifica essas discrepâncias? Deste modo, para resolver tal questionamento, o trabalho a seguir apresenta alguns dados referentes aos índices de qualidade da democracia e cultura política no Brasil e no Uruguai com intenção de estabelecer um quadro comparativo do comportamento político e democrático dos dois países. A pesquisa terá como unidades de análises o Brasil e o Uruguai e terá por objetivo principal compreender o que na trajetória dos países justifica as discrepâncias existentes na qualidade da democracia, embasando os padrões encontrados na herança política, histórica e social dos mesmos – com ênfase na concepção do institucionalismo histórico no sentido de que a cultura e as trajetórias sociais geram uma rotina que tende a ser sempre repetida e reforçada. Serão considerados como principais fatores: questões formais – como a existência de eleições livres, sufrágio universal, órgãos de governo compostos por membros eleitos direta ou indiretamente; questões culturais – como apoio e confiança nas instituições democráticas, satisfação com a democracia, confiança interpessoal.

Primeiramente será feita uma breve revisão bibliográfica da herança histórica, política e social do Brasil e do Uruguai, partindo, principalmente, das análises já realizadas por vários autores dos padrões de comportamento democrático dos países e dos fatores ou características históricas marcantes que possam influenciar o perfil político e social atual desses países.

DEMOCRACIA E QUALIDADE DA DEMOCRACIA

Para efeitos conceituais e de compreensão é necessário definir dois termos largamente utilizados neste estudo: democracia e qualidade da democracia. Democracia é um termo muito utilizado em estudos de diversas áreas e, por isso, acaba absorvendo os mais variados significados. Contudo, Bobbio (2010: 319) define três tradições históricas do conceito: a) a teoria clássica, b) a teoria medieval e c) a teoria moderna. Na primeira, o principal ator é o povo, distinguindo-se da Monarquia e da Aristocracia por serem governos com poder centralizado em um ou em poucos indivíduos. Deste modo,

o principal requisito desta forma de governo é o direito à cidadania. A segunda se apoia na ideia de soberania popular, isto é, o poder se legitima e se torna supremo por derivar de um povo, e o governante é um representante dos interesses da população. A terceira, conhecida como teoria de Maquiavel, diz respeito à contraposição entre a monarquia e a república, sendo que esta seria o equivalente à democracia, visto que foi idealizada como uma forma de governo em que o poder não está concentrado, mas distribuído em diversos órgãos colegiados².

Também é possível enquadrar o conceito de democracia em outras duas tipologias: a) Democracia Representativa – que se refere às teorias medieval e moderna e à interpretação liberal de democracia; e b) Democracia Direta – que diz respeito à teoria clássica e à interpretação socialista de democracia. Na Democracia Representativa, a participação no poder político significa a conquista de liberdades individuais contra o Estado absoluto, além disso, a participação compreende ainda, o direito do cidadão assegurado pelo próprio Estado de exprimir sua opinião, de reunir-se ou associar-se com outros visando influir no poder e a capacidade de eleger representantes para o Parlamento e ser eleito. Isto é, o governo não ser composto por todo o povo, mas por um grupo de representantes eleitos por esses, outrossim, a participação ou não é livre autonomia dos cidadãos (caso contrário incorreria no que os autores liberais chamam de liberdade negativa³)⁴.

Na Democracia Direta, o sufrágio universal é apenas um dos pontos constituintes de uma democracia. Além disso, é fundamental que as decisões políticas e econômicas partam de baixo, ou seja, da participação popular, por meio da instituição de órgãos de controle, conselhos com poder político compostos pelo povo. Deste modo, para essa concepção, a democracia não pode se restringir ao âmbito político e formal. Mais do que isso, deve abranger as questões econômicas e instituir instrumentos deliberativos compostos pelo povo. A pesquisa proposta neste projeto busca assumir como democracia um conceito mais universal que absorva a visão formal – institucional - e a substancial - cultural, de modo que as duas teorias não sejam auto-excludentes, mas sim complementares. Deste modo, este trabalho busca compreender as teorias institucionais de democracia de Joseph Schumpeter (1984) e Robert Dahl (1997), contudo é dado maior enfoque à concepção culturalista do conceito desenvolvido por

² Conforme Duarte, Fenelon e Lucas (2013).

³ Para ver mais, consultar Berlin (1981).

⁴ Conforme Duarte, Fenelon e Lucas (2013).

Almond e Verba (1989). Com isso, será dada atenção especial ao viés cultural; isto é, assume-se a ideia de que as instituições são importantes para a consolidação da democracia, mas as questões referentes à formação da identidade e à cultura política do povo têm protagonismo por serem definitivas para o processo⁵.

Doravante, qualidade da democracia, como compreendida neste trabalho, significa o cumprimento de parâmetros formais básicos e a existência de um contexto cultural propício. Conforme Tilly (2013), um regime é considerado democrático na medida em que a relação Estado-cidadãos é caracterizada por uma consulta ampla, igual, protegida e por compromissos mutuamente assumidos. Com isso, pode-se definir como fatores formais fundamentais, conforme Dahl (1997): a) os órgãos políticos que tenham competência legislativa devem ser compostos por membros direta ou indiretamente eleitos pelo povo; b) esses órgãos devem ter seus componentes – ou representante, no caso do chefe de Estado - renovados ou reeleitos periodicamente; c) todos os cidadãos que tenham atingido a maioria, sem nenhuma outra distinção, devem ter o direito de votar e possuir igual peso de voto; c) todos os eleitores devem ter liberdade para votar conforme a sua livre escolha; e) os partidos políticos devem poder disputar livremente por representação; f) “nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria”⁶, em especial o direito de tornar-se maioria em condições equitativas. Os indicadores de confiança, apoio ao regime e valores democráticos são o cerne da definição de uma democracia de qualidade, visto que eles medem a efetividade real dos parâmetros institucionais do regime.

Conforme Easton (1975), o apoio político é um componente muito importante para a estabilidade e consolidação de um regime, podendo ser difuso (referente a valores) ou específico (referente às instituições e autoridades). Moisés (2010), por sua vez, afirma que uma democracia de qualidade depende, fundamentalmente, da percepção e dos níveis de confiança e apoio dos cidadãos para com o funcionamento das instituições. Deste modo, foram definidos como principais fatores a serem avaliados no trabalho: 1) apoio à democracia, 2) confiança nas instituições democráticas e 3) existência de valores democráticos, ou seja, consequente ausência de valores autoritários.

⁵ Conforme Duarte, Fenelon e Lucas (2013).

⁶ Bobbio, 2010: 326.

HISTÓRICO DOS PAÍSES

1. O caso Brasileiro

Sabe-se que o Brasil, por seu desenho constitucional, é um Estado democrático, pois conta com instrumentos como eleições livres, competitivas e periódicas, pluralidade partidária, liberdade de expressão, etc. No entanto, este Estado democrático apresenta fissuras causadas por uma descendência patrimonial, por um longo período de ditaduras, mas, principalmente, por iniquidades sociais persistentes que impedem parcelas significativas da população de acessar bens necessários para a sobrevivência ou para uma vida minimamente digna. Os já clássicos autores Sergio Buarque de Holanda (2007) e Raymundo Faoro (2001), embora caracterizem a sociedade brasileira de forma distinta, argumentam que a tradição sociocultural do país é um fator de grande influência na organização social atual e mesmo no sistema político contemporâneo. Para ambos os autores, nossa “herança cultural” determina fortemente nosso comportamento atual e a forma como nos organizamos.

Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra “Raízes do Brasil” (2007), constrói sua análise sobre a colonização brasileira diferenciando os aspectos valorativos das metrópoles Ibéricas, colocando em oposição Espanha e Portugal. Definindo-as a partir de dicotomias, tais como o trabalhador e o aventureiro, Holanda caracterizou a colonização portuguesa como influenciada pela predisposição do colonizador à aventura e não ao trabalho. O autor argumenta que a sociedade se organizou em torno dos latifúndios agrários mais em função da “conveniência” da elite colonizadora do que como consequência de um projeto metódico e racional. Portanto, os colonizadores se organizaram economicamente tendo como unidade de produção a grande propriedade rural utilizando mão de obra escrava, em um primeiro momento de indígenas e, posteriormente, de negros africanos.

Como na sociedade colonial prevaleceu o tipo patriarcal e escravocrata de núcleo familiar, as relações sociais eram fortemente baseadas em laços sanguíneos que forneceram um modelo da composição social altamente desequilibrado, excludente e racista. É em função desse cenário que posteriormente, já com a declaração de Independência do Brasil, se tornará muito difícil “aos detentores de posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público” (HOLANDA, 2007, p. 145-146). Logo, a

democracia brasileira é vista como algo corrompido, em virtude destes traços tradicionais levarem a tomadas de decisões particularistas, refletindo a concentração do poder político em uma elite que acaba, também, por concentrar o poder econômico.

Raymundo Faoro (2001) confirma a análise de Holanda, argumentando que o poder, no Brasil, esteve concentrado nas mãos de uma elite desde nossa formação social e política. A colonização portuguesa e a formação do Brasil estão atreladas ao que o autor conceitua como “patronato político”. Estes “donos do poder” atuavam na máquina política e administrativa de acordo com interesses particulares e com a manutenção de um *status*, garantido pelo poder central⁷, o “estamento burocrático”. Esse estamento é representado tanto pelo fazendeiro quanto pelo senhor de engenho e pelo Coronel, devido à ausência de “quadro administrativo”. É, portanto, esse estamento que dirige as esferas econômica, política e financeira, comandando a administração de forma patrimonial, concentradora e excludente. A continuidade deste modelo patrimonial tradicional é explicada, também, por Schwartzman (1988), que acrescenta a noção de “neopatrimonialismo”. Este autor explica que os padrões de relacionamento entre o Estado e a sociedade passam por uma estrutura burocrática pesada, porém ineficiente; os que comandam a estrutura burocrática tornam-se “déspotas” e a sociedade cada vez menos representada. Para funcionar, o jogo político precisa “cooptar” setores importantes da população (e, ao cooptar alguns setores, acaba por excluir outros).

Nos três autores supracitados, o quadro político brasileiro implica em um Estado no qual as relações pessoais têm mais valor que as leis, incorporando assim, valores privados ao espaço público. Diante desse panorama em que o poder econômico e político centralizam-se em uma elite antidemocrática, gerou-se uma cultura política personalista e uma cidadania quase ausente. Isso não significa dizer que os cidadãos brasileiros sejam, necessária e permanentemente, passivos: ao longo da história a luta pela emancipação da cidadania fez-se presente, como na luta do movimento negro ou do movimento de mulheres. O problema que parece se apresentar é que durante muito tempo os direitos civis, como o direito à garantia fundamental da vida, o direito à liberdade e o direito à igualdade, foram completamente negligenciados ou foram sobrepostos por outras prioridades políticas.

⁷ Mais em: BAQUERO, Marcello. Obstáculos Formais à Democracia Social. Poliarquia, Cultura Política e Capital Social no Brasil. In: GONZÁLEZ, R.S. (Org). “Perspectivas sobre participação e democracia no Brasil”. Ijuí: Ed Unijuí, 2007.

Esse cenário gradativamente altera-se com o processo de urbanização e industrialização promovida pelo Estado durante os anos 50 na era Vargas. É a partir dessa época que a sociedade, outrora majoritariamente rural, concentradora, desigual e calcada no latifúndio agrário, passa a tornar-se cada vez mais urbana e industrial, com a substituição das relações pessoais por relações impessoais, e a substituição do “feudalismo brasileiro” pelo capitalismo patrocinado pelo Estado. Esse processo continuou durante o período ditatorial, mas deixando intocada a situação de concentração de renda nas cidades (agora de uma burguesia financiada pelo Estado). Uma massa populacional fugindo da miséria do campo dirigiu-se aos grandes centros urbanos buscando condições de vida mais dignas, mas lá se avolumaram nas periferias, compondo o rico e moderno cenário urbano com as imensas favelas.

Sobre o período da transição democrática, José Álvaro Moisés (1995) afirma que, por maior que fosse a participação cívica que teve, foi caracterizado pelo controle dos detentores do poder. O processo de democratização brasileiro foi longo, marcado por negociações entre a elite e a oposição, e teve como pontapé inicial o governo de Geisel, em 1974, que manteve os militares participando “diretamente das negociações e dos pactos estabelecidos, com o objetivo de uma abertura política, lenta, segura e gradual” (AMORIM, 2011, p.125). A transição política brasileira foi, portanto, um processo de negociação e de liberalização. A democracia nasceu sob arranjos políticos e a população não pôde desfrutar plenamente da vivência democrática, pois os acordos da direção política acabaram por manter a continuidade das elites autoritárias e conservadoras. Nas eleições para a Assembleia Constituinte, por exemplo, a maioria dos deputados eleitos era da antiga ARENA, partido que apoiava a ditadura. O primeiro presidente após a democratização, José Sarney (PDS), havia sido presidente da ARENA; Fernando Collor, presidente eleito em 1990, foi deputado federal pelo PDS, partido de base ruralista e latifundiária. Na verdade, “reformistas do regime autoritário foram os herdeiros políticos privilegiados do processo de transição”⁸.

Mesmo com essa continuidade, não se pode negar que a democracia brasileira avançou em muitos aspectos. A Constituição Democrática e a evolução do processo eleitoral evidenciam isso. Já durante o governo Lula, por exemplo, medidas visando à emancipação da cidadania com democratização de recursos e oportunidades foram adotadas, tais como as políticas públicas que promoveram a democratização do ensino.

⁸ Arturi, 2001, p. 26

Porém, é preciso analisar se a cidadania, atualmente, é encontrada na cultura da população e não só em moldes normativos.

2. O caso Uruguai

A fim de entender-se o funcionamento da democracia no Uruguai e o seu desenvolvimento sócio econômico, precisaremos retomar alguns aspectos de sua história política e social e analisar seus dados de desenvolvimento disponíveis em publicações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Primeiramente, é importante ressaltar que esforços para consolidar a institucionalidade democrática no país, foram constituídos por um período de longa duração, que atravessou o século XX. Ao longo deste, o Uruguai veio produzindo uma série de reformas constitucionais e legislativas, que foram fatores para a ampliação da cidadania, o aumento da participação eleitoral, representação de diferentes partidos no governo e maiores garantias ao sufrágio.

Na tentativa de melhor elucidar algumas características histórico-políticas do país, é pertinente aqui um breve comentário sobre os partidos tradicionais uruguaios, que se encontram entre os mais antigos do mundo. O Partido Nacional (ou Blanco) foi fundado em 1836, e igual aconteceu com o Partido Colorado. A divisão social uruguaia teria seu reflexo no sistema partidário dividido entre centro e periferia. O Partido Blanco refletia os interesses do interior rural, dos povos e dos grandes proprietários de terras, já o Partido Colorado representava os interesses dos centros urbanos, particularmente Montevideu, e refletia os grupos sociais emergentes, oriundos da vinda de mão de obra imigrante.⁹ Estes dois partidos detiveram o poder na maior parte do período democrático uruguaio, sendo que o clientelismo se colocou como uma prática frequente de relacionamento entre estes partidos e a sociedade civil (CAWEN, 2008). Blancos e Colorados somente perderam sua hegemonia no governo nacional em 2005, quando a esquerda ganhou pela primeira vez as eleições presidenciais.

É necessário retornarmos ao século XIX, para que possamos entender como se deram as mudanças em direção a uma democracia mais ampla no país. Naquele período, as práticas fraudulentas em eleições eram recorrentes, a tal ponto de que o ministro

⁹ LIPSET, S. y RPKKAN, S. (1967) apud GUTIÉRRES, Pablo Valenzuela. *Estabilidad presidencial y democracia en Uruguay: una mirada a três momentos*.

britânico no Uruguai em 1907 denunciou tal prática dizendo que a mesma era feita de maneira inescrupulosa e reclamou da indiferença e apatia da população frente a tais fraudes¹⁰ (CAWEN, 2008). Doravante, anos depois, em 1910, entrava em vigor a lei do voto duplo simultâneo, também conhecida como *Ley de Lemas*¹¹. Para o sociólogo Aldo Solari se encaixava bem na conjuntura política, pois “servia para manter a unidade dos grandes partidos pese suas fraturas internas, satisfazia aos que queriam afirmar a preeminência dos partidos e aos que desejavam fortalecer a liberdade do eleitor” (SOLARI, 1991 p. 132, tradução nossa).

Segundo os autores Barran e Nahun (1964) a democracia política uruguaia nasceu de fato com as eleições da Convenção Nacional Constituinte eleita através do voto popular em 1916 a fim de estabelecer uma reforma constitucional¹². Em 1918 promulgou-se uma nova constituição que consagrou o voto secreto, assim como a representação da minoria também ganhou espaço. As mulheres passaram a participar das eleições em 1938 e em 1970 o voto se tornou efetivamente obrigatório. Em conjunto com a ampliação da cidadania, foram acontecendo reformas legislativas e constitucionais, concedendo maiores garantias eleitorais à população. Devido à persistência de práticas fraudulentas, em 1923 se formou uma comissão de todos os partidos com representação parlamentar, onde foram estabelecidos uma série de mecanismos a fim de aumentar as garantias eleitorais e desarticular mecanismos de fraudes. A maioria destes mecanismos tem contribuído para dar confiança aos cidadãos sobre a transparência eleitoral.

Cabe aqui uma pequena referência a um dos períodos não democráticos do Uruguai. À diferença de outros países latino-americanos em que as forças armadas tomaram os governos eleitos constitucionalmente, no Uruguai foi o próprio presidente, em 1973, que firmou o decreto de dissolução do parlamento, finalizando o processo de

¹⁰ Discurso do ministro britânico em 1907: “A maneira inescrupulosa com que tem sido manipulada oficialmente a máquina eleitoral e a indiferença e apatia do público em geral [...]” (CAWEN, Inês. Partidos, Elecciones y Democracia Política. In: FREGA, Ana; et al. Historia Del Uruguay em em siglo XX [1890-2005]. Uruguai: E.B.O.,2008. p. 322. apud José Pedro Barrán e Banjamín Nahum, Battle, los estancieros y el Imperio Británico, Montevideo, E.B.O., Tomo 3: El nacimiento Del Batllismo, 1982 tradução nossa)

¹¹ *Ley de Lemas: Cada partido ou coalizão de partidos era um lema. Cada lema poderia ter vários sublemas e em tais sublemas existia uma lista de candidatos, que normalmente se agrupavam de acordo com suas ênfases e preferências políticas. O eleitor votava em uma lista de candidatos que formava um sub-lema.*

¹² FREGA, Ana. La formulación de um modelo. 1980-1918. In: FREGA, Ana; et al. Historia Del Uruguay en el siglo XX [1890-2005]. Uruguai: E.B.O.,2008 apud José Pedro Barrán e Banjamín Nahum, Battle, los estancieros y el Imperio Británico, Montevideo, E.B.O., Tomo 8:La derrota Del batllismo, op. Cit., capítulos 2 y 3., 1982 tradução nossa)

golpe de Estado e convertendo-se, com o apoio das forças armadas, em ditador (SAN MARTIN, 2008 p. 191), embora posteriormente tenha sido deposto pelos militares. Na década de sessenta, o país passa por uma grande inflação, especulação financeira e aumento da dívida externa que acarretaria em grandes mudanças políticas nas décadas seguintes. As grandes mobilizações sociais que serviam como demonstrações da insatisfação popular, foram respondidas com repressão e autoritarismo dos governos; além disso, diversos partidos e movimentos sociais identificados como oposição ao regime foram suspensos. Mesmo dentro deste contexto de mobilizações e repressão, em 1980 se plebiscitou uma reforma constitucional proposta pelos militares e o resultado do plebiscito foi favorável para o “NO” com 57,9% dos votos.

Analisando-se o período pós-ditadura, segundo Caetano e Rilla (CAETANO, 2005 p. 19) a transição democrática somente se iniciou de fato com as eleições de 1984 com a eleição de autoridades constitucionalmente eleitas e não no último período da ditadura uruguaia (1980-1985) que este a caracteriza como uma ditadura transicional. Nos governos pós-ditadura houve uma nítida melhora na economia do país e na diminuição da pobreza, o que levou nesta época o Uruguai ao posto de país mais igualitário da América Latina (CAETANO, 2005).

Segundo Serna, se fizermos uma análise sobre a democracia no Uruguai, um dos fatores fundamentais é o de que na cultura política uruguaia a confiança na resolução eleitoral dos dissensos políticos é uma constante, todos os atores políticos aceitam o ato eleitoral como uma expressão cidadã legítima – e inapelável – do jogo democrático (SERNA, 1998 p. 149). Segundo o autor em seus estudos de cultura política, um dos fatores mais importantes neste contexto seria a tradição, a partir da qual ele associa a estabilidade do regime democrático como a existência e reprodução de uma tradição democrática pluralista. Defende que nesta análise a democracia uruguaia foi resultado de um conjunto de crenças políticas transmitidas ao longo das gerações.

Neste mesmo sentido, González (2011) salienta que o Uruguai é um dos países da América Latina que possui um histórico longo de um sistema partidário consolidado e de eleições periódicas, sugerindo que a cultura política no país contribui para a estabilidade do regime, além de ser positivamente influenciada por instituições democráticas sólidas. Com isso, é possível observar que a história política e institucional do Uruguai é marcada, de um modo geral, pela participação popular e pela constante tentativa de um aperfeiçoamento de seus mecanismos de representação. Mesmo apresentando, ao longo de sua história, fenômenos como corrupção,

clientelismo e período ditatorial, a população uruguaia apresenta índices considerados altos, em especial no contexto da América Latina, de atitudes políticas consideradas como democráticas, além de apoio à democracia e confiança em suas instituições (Moisés, 2008).

Igualmente, Gelpi (2007) aponta outros fatores interessantes em relação à cultura política uruguaia, que vão ao encontro dos argumentos apresentados pelos autores anteriormente citados. O autor afirma que o Uruguai é um dos poucos países que possuem o regime democrático como preponderante ao longo de sua história. Além disso, é destacado que a população uruguaia é uma das que mais acredita no voto como um instrumento de mudança e mais confia no funcionamento de suas instituições democráticas (como o parlamento, os partidos e o poder judiciário). A população do Uruguai é, na América Latina, a que mais atribui fatores ao conceito de democracia; citando, por exemplo, que democracias são regimes que oferecem igualdade e justiça, governos por e para o povo e liberdades individuais. No que diz respeito à diminuição da pobreza, Gelpi destaca que o Uruguai é o segundo país na América Latina com menor índice de pobreza – perdendo apenas para o Chile.

ANÁLISE DE DADOS

A partir das reflexões acerca da trajetória política, serão analisados dados pertinentes para se compreender a atual cultura política do Brasil e do Uruguai. Os apontamentos escolhidos dizem respeito a questões como atitude em relação à democracia, partidos políticos, votos e confiança política. A fonte da análise será o Latinobarômetro, com dados temporais (1994 – 2010) dos dois países.

Os primeiros dados a serem analisados, no Gráfico 1, dizem respeito às principais percepções e atitudes sobre uma instituição democrática. Foram correlacionadas as perguntas referentes ao apoio à democracia e a assimilação dos partidos políticos para com a democracia.

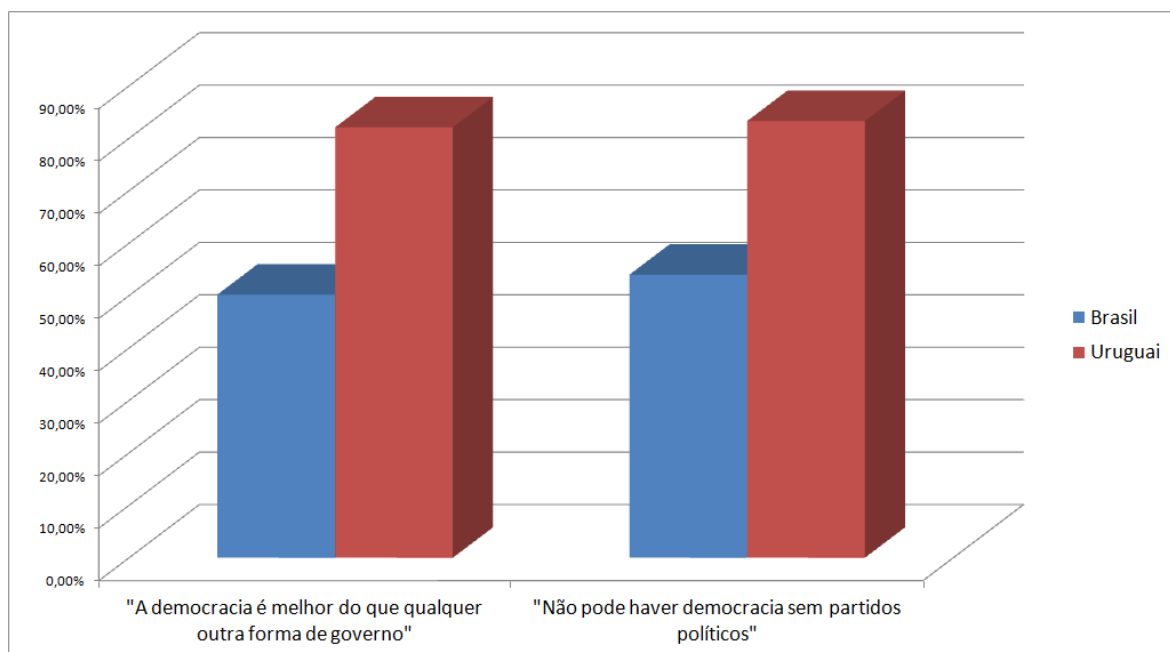


Gráfico 1 – “Apoio à Democracia”: 1994 - 2010

Fonte: Latinobarômetro

Nota-se que o Uruguai atribui maior importância ao regime democrático e aos partidos políticos que o Brasil. Os índices de apoio uruguaios, para a resposta “A democracia é melhor do que qualquer outra forma de governo” chegam a quase 80%, enquanto no Brasil, giram em torno de 40%. A outra resposta, “Não pode haver democracia sem partidos políticos” também apresentam diferenças significativas nos países. No Brasil, a porcentagem de pessoas que se identificam com esta resposta é de 50%, no Uruguai chega a 80%. Depreende-se deste Gráfico o que foi elaborado na análise das trajetórias políticas: o papel importante dos partidos políticos e da cultura democrática construída no Uruguai difere-se substancialmente da fragilidade partidária brasileira e da forte influência de regimes autoritários que ainda persistem no país.

O Gráfico 2 apresenta os índices de satisfação com a democracia:

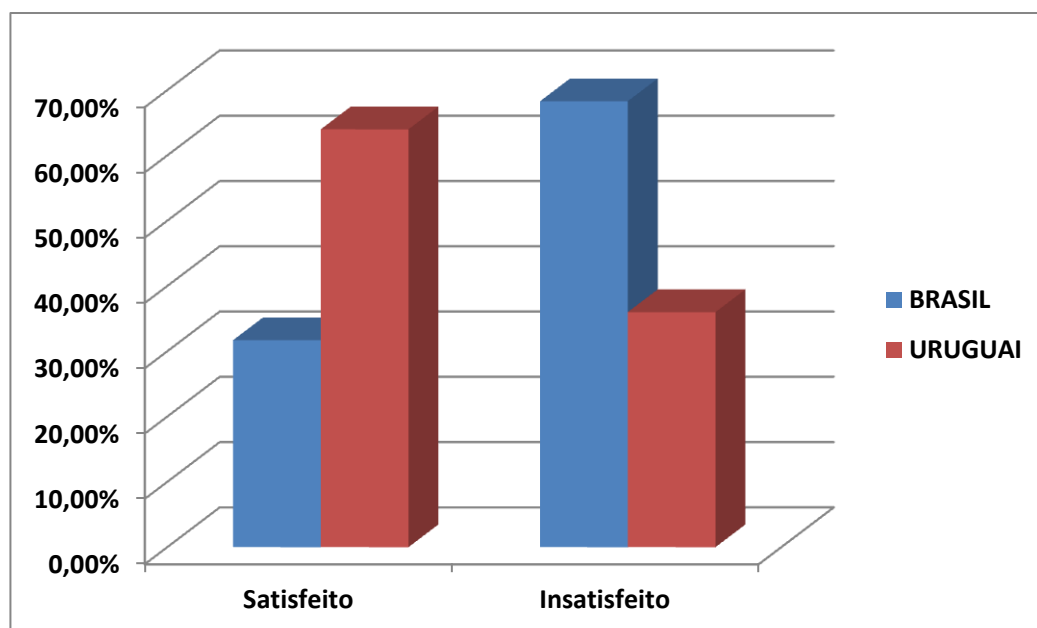


Gráfico 2 – “Satisfação com a Democracia”: 1994 – 2010

FONTE: Latinobarômetro

A pergunta feita para medir a satisfação com a democracia nos dois países foi: “em geral, você diria que está muito satisfeito, bastante satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com a democracia no país?” Aqui, para efeito de análise, as respostas “muito satisfeito” e “bastante satisfeito” foram associadas à categoria “satisfeito”, e as respostas “não muito satisfeito” e “nada satisfeito”, à “insatisfeito”. Claramente estas categorias mostram a diferença entre a satisfação com a democracia entre os uruguaios e os brasileiros. Pode-se compreender que, mesmo sendo democracias consolidadas, as avaliações gerais dos dois países mostram que no Brasil, a relação de confiança entre população e instituição se mostra debilitada. As atitudes políticas após a democratização certamente evoluíram, mas:

[...] quando prevalece a ineficiência ou a indiferença institucional diante de demandas para fazer valer direitos assegurados por lei ou generalizam-se práticas de corrupção, de fraude ou de desrespeito ao interesse público, instala-se uma atmosfera de suspeição, de descrédito e de desesperança, comprometendo a aquiescência dos cidadãos à lei e às estruturas que regulam a vida social; floresce, então, a desconfiança e o distanciamento dos cidadãos da política e das instituições democráticas (MOISÉS; CARNEIRO, 2008)

Sobre a desconfiança com a democracia, o Gráfico 3 permite mensurar as opiniões em relação às continuidades de poder no Brasil e no Uruguai.

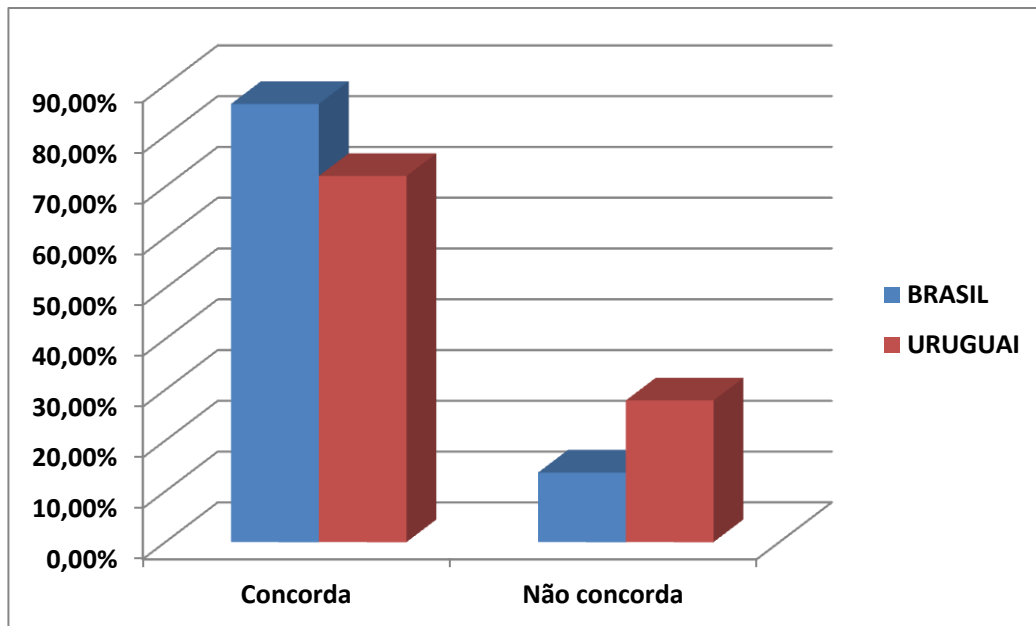


Gráfico 3 – “Haja democracia ou não, quem manda são sempre os mesmos”: 1994 – 2010

FONTE: Latinobarômetro

Os valores em relação às pessoas que concordam com a afirmação são altos nos dois países, mas o índice brasileiro é mais alto, com 86,2%. Aquelas que não concordam são apenas 13,7% no Brasil e no Uruguai o número de concordantes é maior: 28%. O poder concentrado em um grupo de poder atinge negativamente as democracias, ao passo que a identificação com a política e o empoderamento da população se torna muito difícil. Níveis como estes apresentados são relacionados com a apropriação do espaço público pelo privado e com a corrupção no âmbito político. O Gráfico 4 traz a opinião dos uruguaios e brasileiros sobre a corrupção no país no âmbito geral, ou seja, no dia-a-dia. As respostas avaliam o problema da corrupção como “muito sério”, “sério”, “pouco sério” e “não é um problema”.

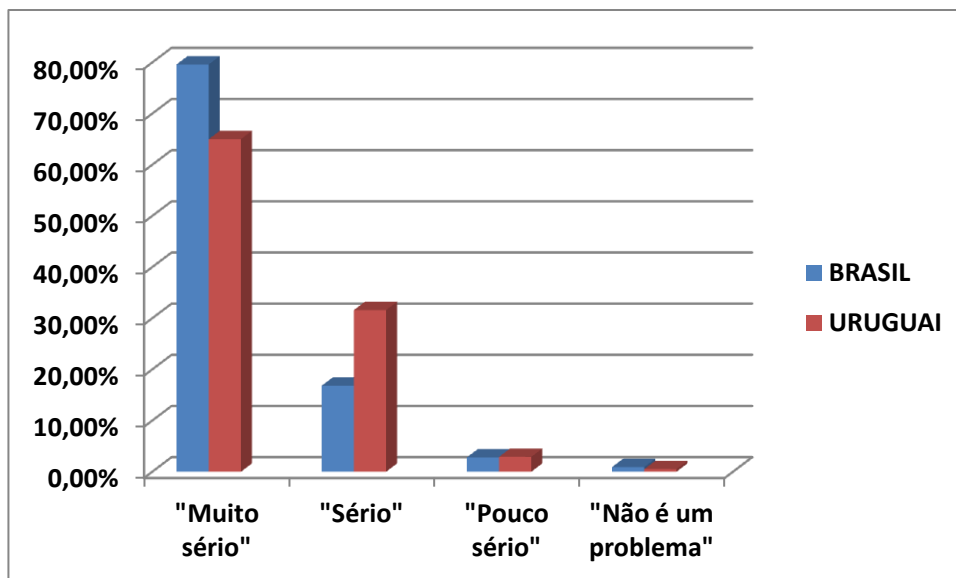


Gráfico 4 – “Quão sério é o problema da corrupção hoje no país?”: 1994 – 2010.

FONTE: Latinobarômetro

Os dados mostram que, novamente, os índices são altos. Os cidadãos consideram a corrupção em seus determinados países como um problema “muito sério”. No Brasil, a porcentagem para esta resposta é de 79,6% e no Uruguai, 65%. Porém, é interessante analisar os dados do próximo gráfico, que especifica a corrupção para o âmbito político:

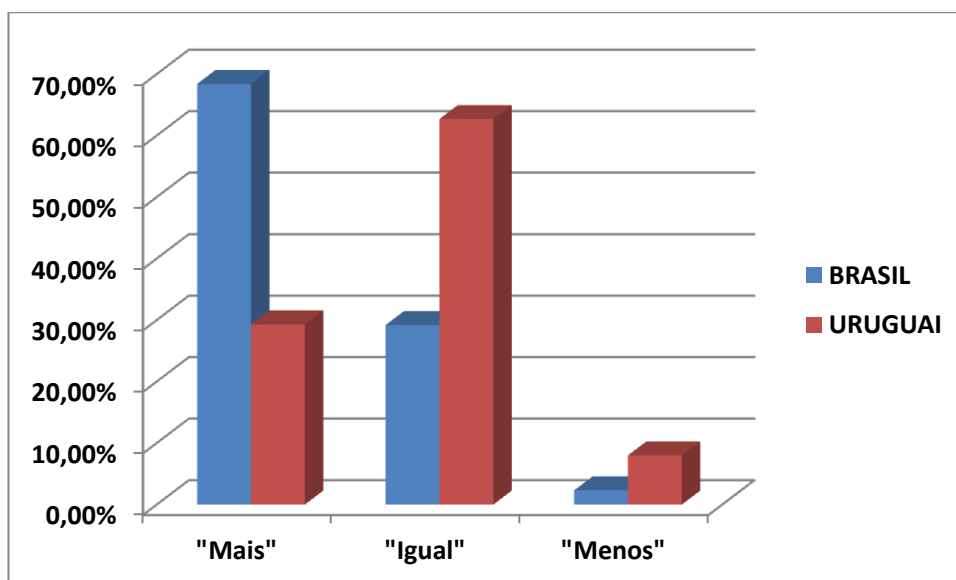


Gráfico 5 – “Corrupção entre os políticos”: 1994 – 2010.

FONTE: Latinobarômetro

O gráfico ilustra a grande diferença de percepções entre brasileiros e uruguaios. Pergunta-se se a corrupção entre os políticos é maior, igual ou menor que no resto da sociedade. No Uruguai, como visto no Gráfico 4, há a consciência da corrupção no país, mas quando comparada ao âmbito político, consideram igual a sociedade em geral (62,7%). Pode-se interpretar que neste caso existe uma confiança maior na ação dos políticos que no Brasil, que julga a corrupção como um problema muito mais corrente na política: 68,4% consideram a corrupção entre os políticos maior.

Por fim, associando os problemas em relação à corrupção, à satisfação e o apoio à democracia, faz-se necessária a análise dos dados referentes à confiança nos partidos políticos. Foi visto no Gráfico 1 que a porcentagem de uruguaios que consideram a existência de partidos como um fator importante para o funcionamento da democracia é maior que a dos brasileiros. As próximas análises são referentes a avaliação do partidos políticos dos países e a confiança que os cidadãos têm nestes.

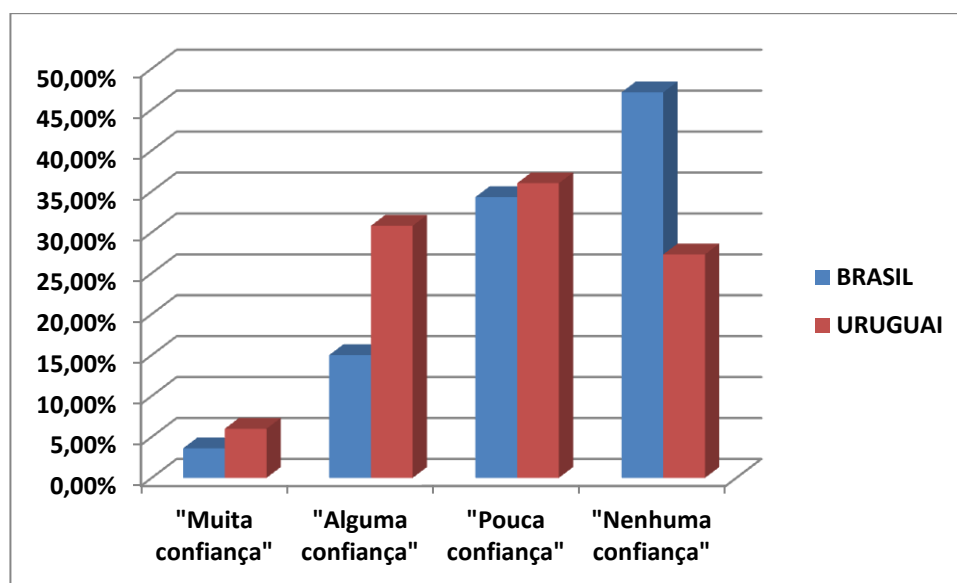


Gráfico 6 – “Confiança nos partidos políticos”: 1994 – 2010.

FONTE: Latinobarômetro

De modo geral, os índices de desconfiança no Uruguai e no Brasil são altos. O que chama a atenção é que os índices positivos (“muita confiança” e “alguma confiança”) são maiores entre os uruguaios, e um dos índices negativos também - “pouca confiança” -, mas com uma diferença pequena do caso brasileiro (34,3% no Brasil e 36% no Uruguai). O índice negativo “nenhuma confiança” é mais alto no

Brasil, com 47,1%, e no Uruguai 27,3%. Neste contexto, o Gráfico 7 ilustra como a população avalia a atuação dos partidos políticos.

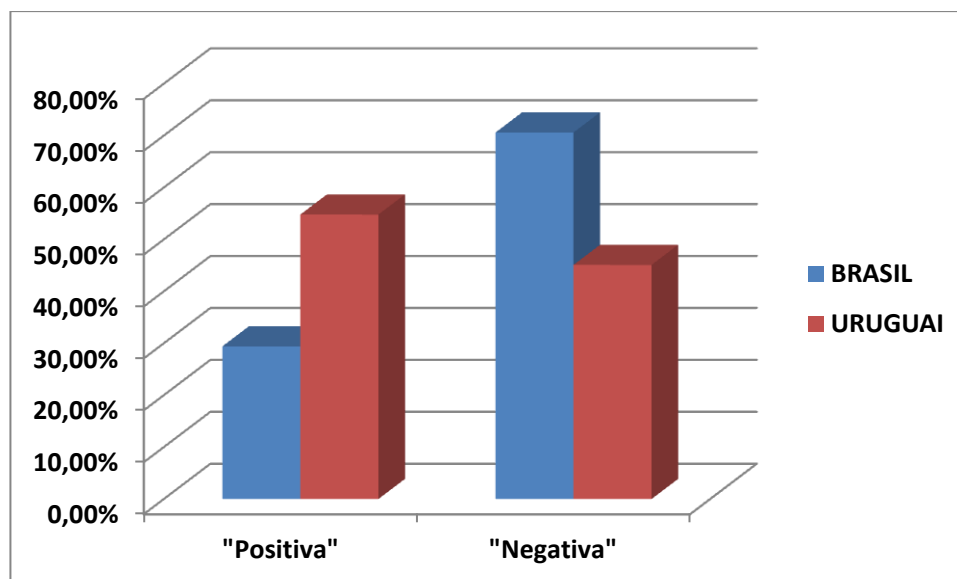


Gráfico 7 – “Avaliação dos partidos políticos”: 1994 – 2010.

FONTE: Latinobarômetro

O descrédito dos brasileiros em relação aos partidos políticos é claramente ilustrado neste gráfico. A avaliação negativa dos partidos políticos no Brasil é de 70,6% e a positiva, apenas 29,4%. O Uruguai, conhecido pela questão da partidocracia, apresenta avaliações positivas sobre a atuação dos partidos políticos uruguaios: os valores positivos são de 54,8%.

1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados do Latinobarômetro junto ao conhecimento das trajetórias políticas do Brasil e do Uruguai mostram que há uma diferença substancial na democracia dos dois países. A principal diferença encontrada nos dois regimes diz respeito à questão procedimentalista da tomada de decisão: no Uruguai os cidadãos se sentem muito mais empoderados. Isso contribui para que tenham maior satisfação em relação à democracia, aos atores políticos e à sua participação na mesma. No Brasil, a tomada de decisão se dá de forma mais centralizada e distante, com atores políticos frágeis, fazendo com que os eleitores mantenham a desconfiança no processo político.

No Uruguai, desde cedo, os governos, por motivos já expostos neste trabalho, foram criados mecanismos a fim de melhorar transparência eleitoral no país, também este, possui uma confiança na resolução eleitoral que se tornou uma constante, pois todos os atores políticos aceitam o ato eleitoral como uma expressão cidadã legítima. Somando a isto podemos dizer que em razão de que a maior parte da história política do Uruguai foi conduzida sobre uma forma hegemônica de um bipartidarismo, que tinham em seus governos uma coparticipação um do outro, foi criada uma partidocracia, que permitia a continuidade do sistema partidário. A própria negociação e cooperação entre os partidos seriam um dos fatores que mantiveram a estabilidade política, assim conseguindo também de certa forma, manter a confiança eleitoral. No Brasil, durante muito tempo, o ato eleitoral foi instrumento de cooptação política e de manutenção dos poderes de uma minoria. Junto a isto, o descrédito em relação aos partidos políticos favorece o personalismo, remetendo aos problemas patrimoniais que permearam a história do país. Este “fisiologismo” da política brasileira é reforçado – mesmo em tempos de democracia – pela perpetuação de alguns grupos de poder e pela relativa distância da população em relação ao mundo político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, Gabriel A., VERBA, Sidney. **“The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations”**. SAGE publicações, 1989.

AMORIM, M. S. S. **Democracia e cultura política em perspectiva comparada: Brasil e Paraguai**. In: BAQUERO, Marcello (Org.) *Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. P. 119 – 140.

ARTURI, Carlos S.. **O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro**. *Rev. Sociologia Política*, Curitiba, n.17, Nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782001000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 Ago. 2014.

BARRAN, Jose Pedro; NAHUM, Benjamin. **Bases economicas de la revolucion artiguista**. Montevideo, Uruguay: Ediciones de la Banda Oriental, 1964.

BERLIN, Isaiah – **Quatro ensaios sobre a liberdade**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

BOBBIO, Norberto e outros. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.

CAETANO, Gerardo. **20 años de democracia. Uruguay 1985-2015: Miradas Múltiples**. Montevideo: Ediciones Santillana, S.A., 2005.

CAWEN, Inês. **Partidos, Elecciones y Democracia Política**. In: FREGA, Ana; et al. *Historia Del Uruguay en el siglo XX [1890-2005]*. Uruguai: E.B.O.,2008.

CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. **Análisis on line: series temporales**. Disponível em: < <http://www.latinobarometro.org/>> Acesso em: 01. Ago. 2014.

DAHL, Robert A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: EDUSP, 1997.

DUARTE, Jéssica S; FENELON, Priscila P; LUCAS, Shariza O. **A consolidação da democracia na América Latina – um estudo comparativo dos casos Brasil e Uruguai**. Trabalho realizado para a conclusão da disciplina de Política Comparada. UFRGS. 2013.

EASTON, David. 1975. **A re-assessment of the concept of political support.** *British Journal of Political Science*, v. 5, p. 435-457.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do Patronato Político Brasileiro.* Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FREGA, Ana. **La formulación de un modelo. 1980-1918.** In: FREGA, Ana; et al. *Historia Del Uruguay en el siglo XX [1890-2005].* Uruguai: E.B.O.,2008.

GUTIÉRREZ, Pablo Valenzuela. **Estabilidad presidencial y democracia em Uruguay: una mirada a três momentos.** *Revista Divergência* N° 1 ano 1, Chile, 2012. p.55-72. Disponível em: http://www.academia.edu/1781457/Democracia_y_estabilidad_presidencial_en_Uruguay_y_Una_mirada_a_tres_momentos> Acesso em 01 Ago. 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26° ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.

MOISES, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela Piquet. **Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil.** *Opin. Publica*, Campinas, v. 14, n. 1, Junho 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 Ago. 2014..

MOISÉS, José Álvaro (Org.) **Democracia e Confiança — por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?.** São Paulo: Edusp, 2010.

SAN MARTIN, Magdalena Broquetas. **Liberalización econômica, dictadura y resistência. 1965-1985.** In: FREGA, Ana; et al. *Historia Del Uruguay em em siglo XX [1890-2005].* Uruguai: E.B.O.,2008.

SERNA, Miguel. **As maiorias silenciosas na redemocratização no Uruguai.** In: BAQUERO, M.; CASTRO, H.; GONZÁLEZ, R. (Org.). “A construção da democracia na América Latina”. Porto Alegre: UFRGS, 1998. p. 141-162.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SOLARI, Aldo. **Uruguay, Partidos políticos y sistema electoral**. Montevideo: Fondo de Cultura Universitaria, 1991.

TILLY, Charles. **Democracia**. Petrópolis: Vozes, 2013.